



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

**ATA DA 39ª (TRIGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 17 (*dezessete*) dias do mês de dezembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 39ª (*trigésima nona*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Leilson Oliveira Cunha, José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior e as resoluções referentes aos processos de números: 1/4666/18, 1/813/18 e 1/2478/18 – Relator: Henrique José Leal Jereissati. Na sequência, o Sr. Presidente anunciou que se encontram no webdrive da Sefaz, para leitura e aprovação, as resoluções e Despachos referentes aos seguintes processos: 1/880/19 – Relatora: Eliane Resplande; 1/998/17 – Relatora: Jucileide Maria Silva Nogueira; 1/5222/17, 1/328/18, 1/2438/13, 1/3082/18, 1/2460/18, 1/3212/18, 1/1138/13, 1/3059/18, 1/4786/17, 3708/17 – Relator: Henrique José Leal Jereissati; 1/2427/18 – Relatora: Maria Elineide Silva e Souza. Passando à **ORDEM DIA**, foram apreciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/6028/2017 – Auto de Infração: 1/201716347. Recorrente: KSB COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA JUCILEIDE MARIA SILVA NOGUEIRA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a alegação de decadência do direito do Fisco efetuar o lançamento fiscal, com fundamento no art. 150, § 4º, do CTN** – Foi afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que no presente caso, a regra de contagem do prazo decadencial é a prevista no art. 173, I, do CTN. **2. No mérito**, também por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, porém aplicando a penalidade do art. 123, III, “m”, da Lei nº 12.670/96 na sua redação originária. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora, conforme manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado e de acordo o Parecer da Assessoria Processual Tributária, exceto no que se refere a aplicação da penalidade com a alteração dada pela Lei nº 16.258/2017. **Processo de Recurso nº 1/6027/2017 – Auto de Infração: 1/201716351. Recorrente: KSB COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO WANDER**

**ARAÚJO DE MAGALHÃES UCHOA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, porém aplicando a penalidade do art. 123, III, “m”, da Lei nº 12.670/96 na sua redação originária. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora, conforme manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado e de acordo o Parecer da Assessoria Processual Tributária, exceto no que se refere a aplicação da penalidade com a alteração dada pela Lei nº 16.258/2017. **Processo de Recurso nº 1/6032/2017 – Auto de Infração: 1/201716249. Recorrente: KSB COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a alegação de decadência do direito do Fisco efetuar o lançamento fiscal, com fundamento no art. 150, § 4º, do CTN** – Foi afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que no presente caso, a regra de contagem do prazo decadencial é a prevista no art. 173, I, do CTN. **2. No mérito**, também por voto de desempate do Presidente, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, aplicando a penalidade do art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/17, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, mas em desacordo com o parecer da Assessoria Processual Tributária. Vencidos os Conselheiros José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Jucileide Maria Silva Nogueira, que votaram pela parcial procedência, aplicando a penalidade do art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/17, conforme parecer da Assessoria Processual Tributária. **Processo de Recurso nº 1/6031/2017 – Auto de Infração: 1/201716251. Recorrente: KSB COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO LEILSON OLIVEIRA CUNHA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e, por voto de desempate do Presidente, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, aplicando a penalidade do art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/17, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, mas em desacordo com o parecer da Assessoria Processual Tributária. Vencidos os Conselheiros José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Jucileide Maria Silva Nogueira, que votaram pela parcial procedência, aplicando a penalidade do art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/17, conforme parecer da Assessoria Processual Tributária. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 18 de dezembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

**Francisco José de Oliveira Silva**  
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

**Silvana Rodrigues Moreira de Souza**  
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA